

---

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
DIRETORIA DO IASP .....	7

### **A IMPONTUALIDADE E A PRESUNÇÃO DE INSOLVÊNCIA COMO CONDIÇÃO DO PROCESSO FALIMENTAR (ART. 94, LEI 11.101/05): CRÍTICA E SUGESTÃO LEGISLATIVA ASSIONE SANTOS**

1 - Introdução.....	32
2 - A Falência decorrente da impontualidade .....	35
2.1 - O protesto especial .....	38
2.2 - A exigência de valor mínimo .....	41
2.2 - Os órgãos de proteção ao crédito e a sua relevância na questão falimentar.....	45
3 - Sugestão proposta.....	49
4 - Conclusão .....	55
5 - Referências.....	58

### **A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL E O AGRONEGÓCIO COMO GARANTIA DA ORDEM ECONÔMICA BRUNO OLIVEIRA CASTRO**

1 - Introdução.....	61
2 - Teoria Geral da Empresa .....	63
2.1- Conceito de Empresário e Empresa .....	65
2.2 - Atividade Empresarial.....	69
3 - O Produtor Rural e o Registro Público de Empresas Mercantis – Empresa Rural – Empresária Rural.....	71
4 - Âmbito de Incidência da Lei 11.101/2005 e a sua finalidade – Preservação da Atividade Empresarial .....	74

5 - A necessidade de aplicação da Lei 11.101/2005 aos produtores rurais uma realidade fática .....	75
6 - Considerações Finais .....	82
7 - Referências.....	84

**O TRIUNFO DA AUTONOMIA PRIVADA NO ÂMBITO CONCURSAL  
CARLOS ALBERTO GARBI**

O triunfo da autonomia privada no âmbito concursal.....	87
---	----

**REFLEXÕES PARA A REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO  
DE EMPRESAS - CÁSSIO CAVALLI**

1 - Introdução.....	104
2 - Parâmetros para diagnosticar o desempenho da LRF.....	107
3 - Limitações do processo de recuperação judicial de empresas .....	112
4 - Venda de ativos operacionais e reestruturação de empresa.....	114
5 - A fragilidade do sistema de preferências .....	119
6 - Conclusão .....	133
7 - Referências.....	135

**STAY PERIOD NAS RECUPERAÇÕES EXTRAJUDICIAIS  
CESAR CIAMPOLINI NETO - PEDRO SCHILLING DE CARVALHO**

1 Introdução.....	140
2 - Finalidade do Período de Suspensão.....	142
3 - Ainda sobre as espécies de recuperações extrajudiciais.....	146
4 - Aplicabilidade do stay period nas recuperações extrajudiciais.....	147
5 - Desdobramentos da afirmação de existência de stay period nas recuperações extrajudiciais .....	152

---

6 - Prazo e possibilidade de extensão do período de suspensão .....	155
7 - Conclusões .....	157

**AS NOVAS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR JUDICIAL EM  
PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA: FUNÇÕES LINEARES E TRANSVERSAIS  
DANIEL CARNIO COSTA**

1 - Introdução.....	160
2 - Definição de administrador judicial e a natureza jurídica de sua função .....	161
3 - Funções lineares do administrador judicial.....	162
4 - Funções transversais do administrador judicial .....	167
4.1 - A teoria da superação do dualismo pendular .....	168
4.2 Especificação das funções transversais do administrador judicial ....	170
5 - Conclusão .....	171

**A FALÊNCIA CONTINUADA E O PRINCÍPIO DA  
PRESERVAÇÃO DE EMPRESAS  
EDUARDO AUGUSTO MATTAR  
GUILHERME BERGAMIN DE BARROS**

Preservação da empresa e falência.....	177
<i>A falência continuada na Lei n.º 11.101/05</i> .....	180
A falência continuada na prática.....	184
Exemplos de casos concretos.....	187
Conclusão .....	189

**ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
EDUARDO FOZ MANGE**

1 - Introdução.....	192
2 - Aspectos gerais, legislação e doutrina .....	192

3 - Habilitações/impugnações de créditos pendentes de julgamento .....	194
4 - Revisão/ aditamento do plano e o encerramento da recuperação judicial .....	195
5 - Carência e prorrogação do início do período de supervisão judicial	197
6 - Venda de bens e unidades produtivas isoladas.....	199
7 - Consequências do encerramento da recuperação judicial.....	200
8 - Recurso contra a sentença de encerramento da recuperação judicial .....	201
9 - Projeto de alteração da lei 11.101/05 .....	201
10 - Conclusão .....	203
Bibliografia .....	204

### **FINANCIAMENTO DIP NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: FATORES DE EFETIVIDADE - EDUARDO SECCHI MUNHOZ**

1 - Introdução.....	206
2 - Prioridade em relação a outros créditos, constituição de garantias e alocação da decisão sobre o Financiamento DIP .....	207
3 - Irreversibilidade da validade e eficácia do Financiamento DIP a despeito da pendência de recurso contra a decisão judicial que o autorizou .....	216
4 - Conclusão .....	219

### **INSOLVÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA ERONIDES APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS**

Introdução.....	224
2 - Insolvência .....	226
3 - Jurisdição Internacional .....	227

---

4 - Insolvência Transfronteiriça .....	228
5 - Conciliação com as normas brasileiras .....	229
6 - Objetivos da Insolvência Transfronteiriça .....	229
7 - “Definições Legais” contidas na Lei Modelo .....	230
8 - O Alcance da Lei Modelo .....	233
9 - Processo de Reconhecimento de um Processo Estrangeiro.....	234
10 - Ministério Público .....	234
11 - Pedido de Reconhecimento do Processo Estrangeiro .....	236
12 - Direitos e Deveres do Representante Estrangeiro.....	238
13 - Direitos dos Credores Estrangeiros .....	239
14 - Processos Concorrentes.....	240
15 - Conclusões .....	241
16 - Referências Bibliográficas .....	243

**LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DE DIREITOS SOCIETÁRIOS NA  
COMPANHIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
FÁBIO ULHOA COELHO**

1 - Introdução.....	246
2 - A vulnerabilidade das empresas em recuperação judicial.....	247
3 - As normas de aplicação casuística.....	249
4 - A administração das sociedades em recuperação judicial .....	253
5 - Elementos a serem ponderados na aplicação casuística das normas sobre a administração das sociedades em recuperação judicial	256
5.1 - Perfil do acionista .....	256
5.2 - Perfil do poder de controle .....	259
5.3 Interesses conflitantes.....	260

5.4 - Conclusão ..... 261

**O “DINHEIRO NOVO” COMO ELEMENTO DE INTERPRETAÇÃO DO  
CONCEITO DE “CRÉDITO EXISTENTE” NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL -  
FRANCISCO SATIRO**

**MEDIAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Introdução..... 282

1 - Mediação ..... 282

1.1 - Origem do instituto da mediação..... 283

1.2 - Legislação aplicável ..... 285

1.3 - Conceito de mediação ..... 289

2 - Recuperação judicial..... 290

2.1 - A mediação na recuperação judicial..... 292

2.2 - Quem é o mediador na recuperação judicial ..... 299

Conclusão ..... 301

Bibliografia..... 301

**ANOTAÇÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E A  
CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL NO ÂMBITO DA  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL - GILBERTO DEON CORRÊA JUNIOR**

1 - Introdução..... 306

2 - A consolidação processual ..... 306

3 - A consolidação substancial..... 321

4 - Considerações finais..... 333

---

## A AÇÃO REVOCATÓRIA NA FALÊNCIA - HAMID BDINE

1 - Introdução.....	336
2 - Requisitos da ação revocatória .....	336
3 - Prazo de decadência e aspectos processuais da ação revocatória.....	343
4 - Securitização de créditos .....	351
5 - Notas conclusivas .....	353

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA PEQUENA EMPRESA

**IVAN VITALE JR**

1 - Introdução.....	356
2 - Da proteção constitucional.....	359
3 - Do conceito de microempresa e empresa de pequeno porte.....	361
4 - Pressupostos da recuperação judicial da microempresa e empresa de pequeno porte .....	362
4.1 - Conceito de recuperação especial .....	362
4.2 - Credores excluídos da recuperação da microempresa e empresa de pequeno porte .....	364
4.3 - O plano de recuperação judicial da microempresa e empresa de pequeno porte .....	365
5 - O procedimento da recuperação judicial da microempresa e empresa de pequeno porte .....	367
5.1 - Aspectos processuais.....	367
5.2 - A petição inicial .....	368
5.3 - Despacho de processamento .....	371
5.4 - Apresentação do plano e a Manifestação dos credores ao plano de recuperação .....	373
5.5 - As objeções .....	374
5.6 - Dispensa da assembleia de credores .....	375

5.7 - Sentença de concessão da recuperação especial .....	377
6 - Conclusão .....	377
Referências Bibliográficas .....	378

### **O PROBLEMA DA TRAVA BANCÁRIA COMO FATOR DE INVIABILIZAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA EMPRESA - IVANILDO FIGUEIREDO**

1 -A trava bancária: conceito, efeitos e entendimento dominante.....	382
2 - Características legais da propriedade fiduciária ee seu modo de constituição .....	400
3 - A falsa base deontológica de proteção do capital financeiro.....	426
4 - Os limites hermenêuticos contrários à exclusão da cessão de direitos creditórios na recuperação judícia.....	437
5 - A falta de financiamento na recuperação da empresa e o agravamento da contradição com a exclusão da trava bancária .....	447
6 - À guisa de reflexão final: lei de recuperação de empresas ou lei de recuperação do crédito bancário? .....	461
Bibliografia .....	477

### **GARANTIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL: ALGUNS ASPECTOS**

**IVO WAISBERG**

1 - Introdução.....	486
2 - Os limites da execução da garantia fiduciária .....	486
3 - Os bens de terceiros .....	492
3.1 - Classificação de crédito .....	493
3.2 - Extensão das garantias reais dadas por terceiro para o pagamento de determinadas dívidas .....	496
Bibliografia .....	500

### **A NECESSIDADE DO REGISTRO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE**



---

**RECEBÍVEIS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA  
NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ -  
JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO**

**HOMENAGEM A MANUEL JUSTINO BEZERRA FILHO - JOSÉ VANDER-  
LEI MASSON DOS SANTOS - FABRÍCIO PASSOS MAGRO**

1 - Introdução.....	522
2 - O princípio: comarca de barueri.....	523
3 - Fórum central cível - João Mendes Júnior.....	524
4 - Segunda instância.....	525
5 - Aposentadoria e migração para a esfera privada.....	527

**CRÉDITOS SUBMETIDOS AO REGIME FIDUCIÁRIO E  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA PROPOSTA DE RELEITURA EM PROL DA  
PRESERVAÇÃO DA EMPRESA - JULIANA BUMACHAR**

INTRODUÇÃO .....	530
1 - Lei 11.101/05: novo regime jurídico falimentar e recuperacional.....	531
2 - Classificação dos créditos: tratamento jurídico conferido aos créditos submetidos ao regime fiduciário.....	533
3 - Crédito fiduciário: uma proposta de reeleitura do sistema .....	540
Conclusão .....	545
Bibliografia.....	546

**DO ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ANTES DOS DOIS  
ANOS DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL - JULIO KAHAN MANDEL**

1 - Do Encerramento da Recuperação Judicial.....	550
2 - Da Importância de um Rápido Encerramento da Recuperação Judicial.....	553
3 - Do Encerramento da Recuperação Judicial com Incidentes Pendentes.....	555

4 - Do Encerramento da Recuperação Judicial Antes dos Dois Anos de Supervisão Legal.....	559
Conclusão .....	563

**REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL NA EXEGESE DO  
ART. 6º, § 4º, DA LEI Nº 11.101/2005  
MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS  
RUTH MARIA JUNQUEIRA DE ANDRADE PEREIRA E SILVA**

1- Introdução.....	568
2 - A jurisprudência pioneira do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	569
3 - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	579
4 - A atualização da jurisprudência das Câmaras Empresariais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em face da interpretação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	584

**CRÉDITOS VENCIDOS E VINCENDOS NA RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL: O NEGÓCIO JURÍDICO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA  
E O CONTRATO BILATERAL - MARCELO BARBOSA SACRAMONE -**

**FERNANDA NEVES PIVA**

1 - Introdução.....	590
2 - A diferenciação entre direitos, deveres e pretensões .....	591
3 - O nascimento do crédito nos negócios jurídicos sob condição suspensiva .....	592
4 - Negócio jurídico a termo – crédito vincendo na recuperação judicial .....	594
5 - O crédito nos contratos bilaterais de execução diferida.....	596
6 - O crédito nos contratos bilaterais de execução continuada ou periódica .....	598

7 A recuperação judicial e os créditos decorrentes dos contratos bilaterais.....	600
8 - Conclusão .....	606
Bibliografia.....	607

### **INÍCIO E FIM DA SUJEIÇÃO DO DEVEDOR A PROCESSO DE FALÊNCIA - MARCELO VIEIRA VON ADAMEK**

1 - Introdução.....	610
2 - Inexistência de perfeita simetria .....	612
3 - Início da sujeição ao processo de falência .....	613
3.1 Aquisição da qualidade de empresário (princípio da efetividade). ..	614
3.2 Início da atividade empresária: caracterização e prova .....	622
3.3 Atos de organização e aquisição da qualidade de empresário.....	624
3.4 - Registro e aquisição da qualidade de empresário .....	627
4 - Fim da sujeição ao processo de falência .....	629
4.1 - Alcance objetivo .....	630
4.2 - Alcance subjetivo.....	632
4.3 - Pressuposto material.....	634
4.4 - Pressuposto documental .....	635
4.5 - Pressuposto temporal.....	637
4.6 - Falência de antigo empresário .....	637
4.7 - Causa especial impeditiva de falência da sociedade anônima liquidada.....	638
5 - Bibliografia.....	641

### **ASPECTOS POLÊMICOS DAS GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL MARCIO CALIL DE ASSUMPÇÃO**

1 - Introdução.....	648
2 - Garantias reais na recuperação judicial .....	650
3 - Direitos reais DE garantia e direitos reais EM garantia.....	657
4 - Garantias fidejussórias na recuperação judicial .....	663
5 - A novação própria da LFRE e os limites do plano de recuperação.....	667
6 - Conclusões .....	675
Bibliografia.....	679

**A ULTRAPASSADA TEORIA DA EMPRESA E O DIREITO DAS  
EMPRESAS EM DIFICULDADES  
MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES**

Introdução.....	682
1 - O desenvolvimento econômico e a atividade mercantil .....	683
a) O ato de comércio .....	683
b) O ato de empresa.....	686
2 - Do direito comercial ao direito de empresa .....	689
a) O comerciante cria o direito comercial e não o inverso .....	689
b) O ato de empresa nasceu ultrapassado .....	691
INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL .....	695
Agente econômico .....	696
Função social do agente econômico .....	696
b) A insolvência empresarial é um instrumento de controle econômico .....	698
Devedor empresário e sociedade empresária .....	701

---

“Devedor” .....	701
“Empresários” excluídos da insolvência empresarial .....	703
Conclusão .....	707
Bibliografia .....	708

## **O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OS DIREITOS DOS SÓCIOS - MARCOS ANDREY DE SOUSA**

1 - A relação entre o direito de recuperação de empresas e o direito societário.....	714
2 - O poder decisório na recuperação judicial.....	717
3- Os direitos dos sócios nos procedimentos de recuperação judicial .....	723
4 - Conflito entre o direito societário e recuperacional .....	726
5 - As orientações internacionais .....	732
6 - Implicações societárias no plano de recuperação judicial.....	736
6.1 - Questão da competência deliberativa .....	738
6.2 - Direito de retirada .....	739
6.3 - Proposta de aumento de capital social .....	740
6.4 - Proposta de alienação do controle .....	742
6.5 - Proposta de operações societárias (Fusão, transformação, incorporação e cisão) .....	744
7 - Conclusão .....	745

## **DA ILEGITIMIDADE E FALTA DE INTERESSE DA FAZENDA EM REQUERER FALÊNCIA - MARCUS ELIDIUS MICHELLI DE ALMEIDA**

1 - Falência: Legitimidade Ativa e Passiva .....	748
2 - O credor fiscal.....	750
2.1 - A fazenda pública na condição de credora .....	750
2.2 - A suposta legitimidade ativa do credor fiscal (fazenda) para o pedido de falência .....	751
3 - A incompatibilidade da teoria da preservação da empresa frente a posição da fazenda .....	756
4 - Da jurisprudência .....	759
5 - Conclusão .....	762
6 - Bibliografia.....	763

### **A CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITOS NÃO PERFORMADOS E O SEU REGIME NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

#### **MARCUS VINICIUS ALCÂNTARA KALIL**

1- Enquadramento do problema .....	766
2 - Os negócios fiduciários .....	768
3 - A cessão fiduciária de créditos .....	774
4 - O tratamento da cessão fiduciária de créditos na recuperação judicial .....	784
5 - A cessão fiduciária de créditos não performados: sua natureza jurídica e o seu regime na recuperação judicial.....	788
Considerações finais .....	795
Referências.....	797

### **LIMITES DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL NOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS - MOACYR LOBATO**

1 - O juiz na recuperação judicial.....	802
---	-----

---

2- Da inexistência de vulnerabilidade nos processos recuperacionais .....	804
3 - O juiz e o plano de recuperação .....	806
4 - Da concordata à recuperação judicial: alteração de paradigma das decisões judiciais .....	808
5- Da nova ordem processual civil e a recuperação judicial .....	809
6 - O juiz e o plano de recuperação judicial - exame da viabilidade econômico-financeira do plano - jurisprodência dominante .....	811
7 - Da análise de validade do plano de recuperação pelo magistrado: até onde deve ir o juiz? .....	815
8 - Da formação e capacitação dos magistrados.....	817
Conclusão .....	820
Referências bibliográficas. ....	821

### **A DISPENSA DE CND PARA CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL APÓS A LEI 13.043/14 - NEY WIEDEMANN NETO**

1 - Introdução.....	825
2 - Interpretação inicial da exigência legal .....	825
3 - Argumentos favoráveis à dispensa da exigências após a lei 13.043/14 .....	827
4 - Argumentos desfavoráveis à dispensa da exigência após a lei 13.043/14 .....	840
5 - Recentes posicionamentos dos tribunais estaduais sobre o tema .....	850
6 - Conclusão .....	855
7 Referências.....	856

## **A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA - OKSANDRO GONÇALVES**

1 - Introdução.....	860
2 - A desconsideração da personalidade jurídica.....	860
3 - A desconsideração na recuperação judicial .....	864
3.1 - A desconsideração oriunda da justiça do trabalho .....	865
4 - A desconsideração na falência .....	869
4.1 A extensão dos efeitos da falência .....	876
5 - O incidente de desconcideração.....	880
5.1 - A desconsideração inversa.....	887
6 - Conclusão.....	889
7 - Bibliografia.....	890

## **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS DA DEVEDORA AUTORIZADA PELA ASSEMBLEIA DE CREDORES: VIABILIDADE DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE E EXCUSSÃO DAS GARANTIAS. INOCORRÊNCIA DE TRESPASSE DE ESTABELECIMENTO E AFASTAMENTO DE ALEGAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO**

**PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO**

1 A consulta .....	894
1.1 Introdução.....	884
1.2 Síntese dos fatos. Da alienação fiduciária em garantia oferecida pela empresa B .....	894
1.3 Síntese do processo executivo promovido pelo banco c. embargos de terceiro ajuizados pela empresa A .....	900
1.4 - Quesitos.....	902
2 - Alienação fiduciária em garantia .....	904



---

2.1 - Conceito.....	904
2.2 - Sujeitos do negócio e suas posições jurídicas.....	905
2.3 - O inadimplemento do devedor e os direitos do credor .....	906
2.4 - A excussão da garantia.....	907
2.5 - Os leilões públicos .....	909
2.6 - A quitação recíproca.....	909
2.7 A propriedade plena, uma hipótese.....	909
3 - Um outro negócio: o trespasse de estabelecimento .....	911
3.1 - É bom lembrar: o conceito de estabelecimento .....	912
3.2 - O objetivo do negócio .....	913
3.3 - O que se transmite com o trespasse .....	914
3.4 - O exercício da posse, algumas palavras.....	915
4 - Alienação fiduciária em garantia e trespasse de estabelecimento: a diferença evidente .....	916
5 - A fraude à execução .....	917
5.1 - Em que consiste a fraude à execução?.....	917
6 - Resposta aos quesitos .....	918
 <b>O EXAME DA COMPETÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO</b>	
1- Breves lembranças.....	928
2 - O Juízo Competente .....	928
A atividade empresarial: condição da ação de recuperação.....	930
Devedor em crise econômico-financeira: condição da ação de recuperação.....	931

A possibilidade de solução negociada com múltiplos credores: condição da  
ação da recuperação ..... 933

**A SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA MULTA ADMINISTRATIVA E SUA  
SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
PAULO PENALVA SANTOS**

1 - Introdução..... 936

2 - Distinção de tributo e multa administrativa..... 937

3 - O crédito tributário e a multa administrativa na falência..... 938

4 - O crédito tributário e a multa administrativa na recuperação ..... 945

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: ..... 946

RECUPERAÇÃO JUDICIAL: ..... 946

5 - CONCLUSÃO ..... 953

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 954

**BREVE REFLEXÃO SOBRE A INCIDÊNCIA DAS REGRAS DO CÓDIGO DE  
PROCESSO CIVIL DE 2015 SOBRE A LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS  
E FALÊNCIA - RICARDO NEGRÃO**

Circunscrevendo o tema ..... 958

Breves comentários ..... 960

Remissões ..... 962

Especificidade, sistemas processuais e contagem de prazo ..... 963

Prazos de direito material e de direito processual..... 970

Origem, natureza e objetivo do prazo de suspensão..... 973

Princípios da eficiência, da segurança jurídica e da  
preservação da empresa ..... 979

Conclusões..... 985

---

Referências bibliográficas ..... 985

Referências legislativas ..... 987

**CONVENÇÕES PROCESSUAIS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A BUSCA  
POR UM PROCESSO ESTRUTURAL RECUPERACIONAL**

**RONALDO VASCONCELOS**

1 - Introdução..... 990

2 - Limites da convenção processual e atuação do juiz..... 991

3 - Processo estrutural recuperacional e a convenção processual..... 998

4 Objetivos da recuperação judicial: compatibilidade com as convenções  
processuais ..... 1003

5 - Momento adequado da convenção processual na recuperação ..... 1007

6 - Conclusão ..... 1012

7 - Bibliografia..... 1014

**A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NA FALÊNCIA**

**SÉRGIO CAMPINHO**

1 - Introdução..... 1020

2 - RECUPERAÇÃO JUDICIAL X CONCORDATA..... 1020

3 - O HODIERNO PERFIL DA FALÊNCIA ..... 1023

4 - A FALÊNCIA NA LEI Nº. 11.101/2005..... 1023

5 - A FALÊNCIA E A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA: UMA CONCLUSÃO  
NECESSÁRIA..... 1025

6 - REFERÊNCIAS..... 1030

**BREVES NOTAS SOBRE A NOVAÇÃO DE CRÉDITOS NA RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL - SHEILA C. NEDER CEREZETTI**

**GABRIELA DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**

1 - Introdução..... 1034

2 - A novação de créditos na recuperação judicial .....	1035
3 Os efeitos da novação de créditos sujeitos à recuperação judicial .....	1038
3.1. Efeitos da novação sobre obrigações de terceiros: a discussão sobre o âmbito subjetivo da novação .....	1038
3.2. Extinção das execuções individuais contra a devedora.....	1043
3.3 Baixa de protestos e retirada do nome da devedora de cadastros de inadimplentes.....	1045
4 - Conclusão .....	1046
Bibliografia.....	1048

## **DECISÕES ESTRANGEIRAS E NACIONAIS EM PROCESSOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SIDNEI BENETI**

1 - Cooperação jurídica internacional: auxílio direto, homologação de decisão estrangeira, concessão de exequatur à carta rogatória e dispensa por tratado internacional ou disposição de lei. ....	1052
2 - Histórico legislativo da homologação de sentenças, concordatas e recuperações judiciais no Brasil.....	1055
3 - Situação atual da competência para decretação da falência .....	1057
4 - Providências jurídicas nacionais decorrentes de decisões de processos de falência e recuperação judicial estrangeiros. ....	1060
5 - Regência da Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101/2005) e da Lei de Arbitragem (Lei 9.307, de 23.9.1996, arts. 34 a 40). ....	1062
6 Limites da homologação da decisão estrangeira e da concessão de exequatur a carta rogatória. ....	1064
7 - Julgados sobre homologação de decisões estrangeiras e concessão de exequatur em falências e recuperações. ....	1064
<b>AUTORES.....</b>	<b>1075</b>